

FÁBIO ALEXANDRE COELHO  
LUCIANA MARIA ASSAD  
VINÍCIUS ALEXANDRE COELHO

**MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO:**  
BENEFÍCIOS

Editora Juarez de Oliveira

São Paulo  
2006

**351.84(81)**  
**M294d**



CIP BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE SINDICATO NACIONAL DOS  
EDITORES DE LIVROS, RJ.

C616m

Coelho, Fábio Alexandre

Manual de direito previdenciário: benefícios / Fábio Alexandre, Luciana  
Maria Assad, Vinícius Alexandre Coelho. - São Paulo : Editora Juarez de  
Oliveira, 2006.

304 p. ; 16x23cm.

Inclui bibliografia ISBN 85-7453-586-9

1. Previdência social - Legislação - Brasil. 2. Seguridade social -  
Legislação - Brasil. I. Assad, Luciana Maria. II. Coelho, Vinícius  
Alexandre, III. Título.

06-0276 CDU 349.3(81)

**351.84(81)**  
**M294d**



## SUMÁRIO

<b>PARTE 1 - INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
Capítulo I - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS	3
1. Democracia ateniense e Estado romano	3
2. Os direitos humanos na Idade Média e Moderna	4
3. O surgimento dos direitos sociais	5
Capítulo 2-SEGURIDADE SOCIAL	7
1. A seguridade social no contexto dos direitos sociais	7
2. Evolução histórica da seguridade social no mundo	8
3. A formação da seguridade social no Brasil	9
Capítulo 3 - A SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	13
1. Definição e finalidade	13
2. Objetivos que devem ser observados quando da organização da seguridade social	14
3. Financiamento da seguridade social	17
4. A disciplina conferida à saúde na Constituição Federal	21
5. O regime geral de previdência na Constituição Federal	21
6. A assistência social na Constituição Federal	25
Capítulo 4 - FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	27
1. Objetivo do financiamento da seguridade social	27
2. Responsáveis pelo financiamento da seguridade social	27
3. Contribuições sociais	28
4. Sistemas de financiamento da previdência social	28
5. Natureza jurídica da contribuição à previdência social	29
6. Teoria predominante quanto à natureza jurídica da contribuição previdenciária	30
7. Recursos estatais no financiamento da seguridade social	32
Capítulo 5 - PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	33
1. Significado da palavra princípio	33
2. Princípios gerais da Previdência Social	33
3. Princípios informadores do Direito Previdenciário	36
Capítulo 6 - AUTONOMIA, NATUREZA E FONTES DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	39

**351.84(81)**  
**M294d**



1. Autonomia do direito previdenciário	39
2. Natureza jurídica do direito previdenciário	40
3. Fontes do Direito Previdenciário	40
4. Atuação legislativa em matéria previdenciária	41
5. Competência legislativa em matéria previdenciária	42
6. Atuação legislativa secundária	43
7. Fontes autônomas de regras previdenciárias	44
8. Analogia, costumes e princípios gerais de direito	44
9. Fontes normativas internacionais	45
Capítulo 7 - RELAÇÕES DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO COM OUTROS RAMOS	47
1. Considerações gerais	47
2. Hipóteses de relacionamento entre o Direito Previdenciário e os outros ramos do Direito	47
Capítulo 8 - INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	51
1. Considerações gerais	51
2. Métodos de interpretação	51
3. Resultados obtidos com a interpretação	52
4. Interpretação do direito previdenciário e teoria geral da interpretação	53
Capítulo 9 - CARACTERÍSTICAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	55
1. Considerações gerais	55
2. Exame das características da previdência social brasileira	55
Capítulo 10 - APLICAÇÃO DA NORMA PREVIDENCIÁRIA	57
1. Aplicação da norma previdenciária no espaço	57
2. Aplicação da norma previdenciária no tempo	58
3. Antinomias entre normas jurídicas previdenciárias	58
<b>PARTE II - REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	61
Capítulo 11 -REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	63
1. Considerações gerais	63
2. Relações jurídicas existentes no regime geral de previdência social	63
<b>PARTE III - BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	65
Capítulo 12 - BENEFICIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	67
1. Beneficiários	67

**351.84(81)**  
**M294d**



2. Segurados	68
3. Segurados obrigatórios da previdência social	68
4. Características dos segurados obrigatórios	68
5. Modalidades de segurados da previdência social	69

Capítulo 13 - SEGURADOS OBRIGATÓRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 73

1. Empregados	73
1.1. Segurados arrolados como empregados	74
2. Empregado doméstico	83
3. Contribuinte individual	83
3.1. Segurados descritos como contribuintes individuais	84
4. Trabalhador avulso	92
4.1. Trabalhadores avulsos	93
4.2. Capatazia, estiva, conferência e conserto de carga, vigilância de embarcações, bloco	93
5. Segurado especial	94
5.1. Produtor, parceiro, meeiro, arrendador e pescador artesanal	95
5.2. Regime de economia familiar, auxílio eventual de terceiros, pescador artesanal	95
5.3. Excluídos do rol de segurados especiais	96
5.4. Contribuição do segurado especial	98
6. Disposições gerais a respeito dos segurados obrigatórios	98

Capítulo 14 - SEGURADOS FACULTATIVOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 101

1. Segurados considerados facultativos	101
2. Autorizados à filiação facultativa	102
3. Requisitos para a filiação como segurado facultativo	104
4. A filiação facultativa como ato volitivo	105
5. Benefícios oferecidos aos segurados facultativos	106
6. Mudança de enquadramento de segurado facultativo para obrigatório	106

Capítulo 15 - MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO 107

1. Filiação e contribuição do segurado	107
2. Manutenção da qualidade de segurado	107
3. Segurado oriundo de outro regime previdenciário	110
4. Perda da qualidade de segurado: significado	110
5. Reconhecimento da perda da qualidade de segurado	110

**351.84(81)**  
**M294d**



6. Contribuição como segurado facultativo após o período de graça	111
7. Perda da qualidade de segurado e aposentadoria	112
8. Concessão do auxílio-acidente e do salário-maternidade no período de graça	113
Capítulo 16 - DEPENDENTES	115
1. Rol de dependentes do segurado	115
2. Determinações aplicáveis aos dependentes	119
3. Perda da qualidade de dependente	120
Capítulo 17 - INSCRIÇÃO DO SEGURADO'E DO DEPENDENTE	123
1. Inscrição do segurado	123
2. Forma de realização da inscrição dos segurados	123
3. Recusa à inscrição do segurado	124
4. Inscrição do segurado empregado e do trabalhador avulso	124
5. Inscrição quando há o exercício concomitante de atividades	124
6. Inscrição <i>post mortem</i> do segurado especial e dos dependentes	125
7. Documentos necessários à inscrição do dependente	125
8. Outras disposições aplicáveis à inscrição dos dependentes	126
9. Cancelamento da inscrição do cônjuge	127
Capítulo 18 - FILIAÇÃO	129
1. Definição de filiação	129
2. Extinção da filiação	129
Capítulo 19 - PRESTAÇÕES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	131
1. Finalidade da previdência social	131
2. Espécies de prestações	131
3. Natureza dos benefícios e serviços	132
4. Fatos que originam as diferentes prestações	132
5. Outros fatores que devem ser levados em consideração	133
6. Concessão dos benefícios: aferição de culpa ou dolo	134
7. O direito adquirido à percepção do benefício	134
8. Limitações à disposição dos benefícios	135
9. Prestações dos segurados obrigatórios e facultativos	135
10. Serviço social	136
11. Classificações das prestações	136
12. Prestações decorrentes de acidentes do trabalho	137

**351.84(81)**  
**M294d**



Capítulo 20 - ACIDENTE DO TRABALHO	141
1. Situações que caracterizam acidente do trabalho	141
2. Situações que não caracterizam a ocorrência de doença do trabalho	142
3. Situações equiparadas ao acidente do trabalho	143
4. Outras prescrições referentes a acidentes do trabalho	144
5. Classificação dos acidentes do trabalho	144
6. Prevenção a acidentes do trabalho	144
7. Comunicação do acidente do trabalho	145
8. Caracterização do acidente do trabalho	146
9. Dia do acidente do trabalho	146
10. Prestações relacionadas ao acidente do trabalho	146
11. Beneficiários das prestações acidentárias	146
12. Comprovação de carência	147
Capítulo 21 - PRAZO DE CARÊNCIA	149
1. Carência	149
2. Fundamento para a existência do período de carência	149
3. Cálculo da carência	150
4. A carência do segurado especial	150
5. A carência no caso de perda da qualidade de segurado	151
6. Início do período de carência	151
7. Cálculo do período de carência	154
8. Fatores que interferem na fixação do período de carência	154
9. Períodos de carência	154
10. Soma de contribuições como segurado obrigatório e facultativo	156
11. Prestações que não estão sujeitas a carência	156
12. Aposentadoria: carência para os segurados inscritos até 24.7.1991	158
Capítulo 22 – SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO	159
1. Considerações gerais	159
2. Apuração do salário de benefício	161
3. Recolhimento da contribuição do segurado empregado e avulso e dos demais segurados	167
4. Valor do salário-de-benefício	168
5. Valores considerados no cálculo do salário-de-benefício	169
6. Exercício concomitante de atividades e salário-de-benefício	171
7. Renda mensal do benefício	173

**351.84(81)**  
**M294d**



8. Apuração dá renda mensal do benefício de prestação continuada	175
9. Tabela dos percentuais aplicáveis ao salário-de-benefício	176
10. Renda mensal dos benefícios do segurado especial	177
11. Renda mensal dos benefícios por totalização	177
12. Renda mensal do benefício: situações específicas	178
13. Reajustamento do valor do benefício	178
14. Data de pagamento dos benefícios e correção monetária	179

Capítulo 23 - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	181
1. Formas de aposentadoria	181
2. Fato gerador da aposentadoria por invalidez	181
3. Previsão constitucional da aposentadoria por invalidez	182
4. Período de carência para a concessão da aposentadoria por invalidez	182
5. Comprovação da incapacidade	183
6. Existência de doença ou lesão antes da filiação	183
7. Renda mensal da aposentadoria por invalidez	183
8. Data em que o segurado terá direito à aposentadoria por invalidez	183
9. Pagamento pela empresa dos primeiros quinze dias de afastamento	184
10. Necessidade de afastamento de todas as atividades exercidas	184
11. Acréscimo de 25% no valor da aposentadoria por invalidez	184
12. Exame médico e aposentadoria por invalidez	185
13. Retorno à atividade do aposentado por invalidez	185
14. Retorno à atividade após exame médico-pericial	186
15. Obtenção de novo benefício após o retorno à atividade	187

Capítulo 24 - APOSENTADORIA POR IDADE	189
1. Beneficiários e fato gerador da aposentadoria por idade	189
2. A aposentadoria por idade no contexto das prestações previdenciárias	189
3. Forma de comprovação da idade do segurado	189
4. Período de carência para a concessão da aposentadoria por idade	190
5. Data em que será devida a aposentadoria por idade	190
6. Renda mensal do benefício da aposentadoria por idade	191
7. Requerimento de aposentadoria por idade pela empresa	191
8. Transformação da aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença em aposentadoria por idade	192

**351.84(81)**  
**M294d**





Capítulo 25 - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	193
1. Disciplina constitucional	193
2. Fato gerador da aposentadoria por tempo de contribuição	193
3. Segurado especial e aposentadoria por tempo de contribuição	193
4. A aposentadoria por tempo de contribuição antes da Emenda Constitucional n. 20/1998	194
5. Renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição	195
6. Salário-de-benefício da aposentadoria por tempo de contribuição	195
7. Data de início da aposentadoria por tempo de contribuição	195
8. Cômputo do tempo de contribuição	196
9. Comprovação do tempo de contribuição	198
 Capítulo 26 - APOSENTADORIA ESPECIAL	 199
1. Fato gerador da aposentadoria especial	199
2. Beneficiários da aposentadoria especial	199
3. revisão constitucional da aposentadoria especial	199
4. Requisitos para a concessão da aposentadoria especial	200
5. Prazo de carência para a concessão da aposentadoria especial	200
6. Comprovação de prejuízo à saúde ou integridade física	200
7. Trabalho permanente, não ocasional e não intermitente	201
8. Exame pericial para a comprovação de atividade em condições especiais	201
9. Agentes nocivos que prejudicam a saúde ou a integridade física	202
10. Fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva	202
11. Períodos considerados para a percepção da aposentadoria especial	203
12. Jornada reduzida e atividade exercida em condições especiais	204
13. Comprovação da exposição do segurado aos agentes nocivos	204
14. Conversão do tempo exercido sob condições especiais	205
15. Conversão de tempo de atividade e carência	206
16. Conversão da aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade em especial	206
17. Renda mensal da aposentadoria especial	206
18. Quando será devida a aposentadoria especial	206

**351.84(81)**  
**M294d**



19. Retorno à atividade do aposentado em condições especiais	207
20. Conversão de tempo de atividade especial para comum	207
21. Caracterização e comprovação do tempo de atividade reputada especial	208
Capítulo 27 - APOSENTADORIA: FILIAÇÃO AO RGPS ATÉ 16.12.1998	209
1. Emenda Constitucional n. 20/1998	209
2. Regras de transição previstas na Emenda Constitucional n. 20/1998	210
Capítulo 28 - AUXÍLIO-DOENÇA	213
1. Previsão constitucional do auxílio-doença	213
2. Fato gerador e beneficiários do auxílio-doença	213
3. Doenças ou enfermidades que possibilitam o gozo do benefício	213
4. Período de carência para a concessão do auxílio-doença	214
5. Segurado portador de doença ou lesão quando da filiação	214
6. Renda mensal do auxílio-doença	214
7. Momento em que o auxílio-doença será devido	214
8. Exercício concomitante de atividades e auxílio-doença	215
9. Auxílio-doença e exame médico	216
10. Concessão do mesmo benefício	216
11. Concessão de ofício do auxílio-doença	217
12. Obrigações impostas ao beneficiário do auxílio-doença	217
13. Recuperação da capacidade de trabalho	218
Capítulo 29 - SALÁRIO-FAMÍLIA	219
1. Previsão constitucional	219
2. Beneficiários do salário-família	219
3. Fatores que geram o salário-família	219
4. Finalidade do salário-família	220
5. Valor da cota do salário-família	220
6. Cotas do salário família e limite máximo dos benefícios	221
7. Aferição do direito à percepção do salário-família	221
8. Incorporação das cotas do salário-família	221
9. Reconhecimento do direito ao salário-família	222
10. Pagamento do salário-família	222
11. As empresas e o salário-família	223
12. Momento em que é devido o salário-família	223
13. Documentação relativa ao salário-família	223
14. Cessaçao do salário-família	224

**351.84(81)**  
**M294d**



15. Obrigações do segurado	224
Capítulo 30 - SALÁRIO-MATERNIDADE	227
1. Previsão constitucional do salário-maternidade	227
2. Fato gerador do salário-maternidade	227
3. Finalidade do salário-maternidade	227
4. Início e término do salário-maternidade	228
5. Aumento do período de duração do salário-maternidade	228
6. A segurada empregada e o salário-maternidade	229
7. O salário-maternidade da segurada especial	229
8. O parto antecipado e o salário-maternidade	229
9. Aborto não criminoso e salário-maternidade	230
10. Adoção e salário-maternidade	230
11. Renda mensal do salário-maternidade	231
12. Incidência de contribuições previdenciárias sobre o salário maternidade	232
13. Limitação do salário-maternidade ao subsídio dos Ministros do STF	232
14. Salário-maternidade da segurada empregada	233
15. Responsável pelo pagamento do salário-maternidade	234
16. Documentos necessários para requerer o salário-maternidade	234
17. Data inicial de afastamento da segurada empregada	234
18. Necessidade de existir a relação de emprego	234
19. O salário-maternidade de quem possui dois ou mais empregos	234
20. O salário-maternidade dos meses de início e término do benefício	235
21. Salário-maternidade e benefício por incapacidade	235
22. O salário-maternidade da segurada aposentada que retornou ao trabalho	235
23. Carência para a concessão do salário-maternidade	236
Capítulo 31 - AUXÍLIO-ACIDENTE	237
1. Fato gerador e beneficiários do auxílio-acidente	237
2. Natureza indenizatória do auxílio-acidente	237
3. Incapacidade permanente e genérica	237
4. Caracterização do acidente: nexa causal e dano	238
5. Moléstias que possibilitam a percepção do auxílio-acidente	238
6. Data de início do benefício	238
7. Carência para a concessão do auxílio-acidente	238
8. Valor do auxílio-acidente	238

**351.84(81)**  
**M294d**



9. Fim do auxílio-acidente	239
10. Início da percepção do auxílio-acidente	239
11. Exercício de atividade remunerada pelo beneficiário do auxílio-acidente	239
12. A percepção conjunta de outros benefícios	240
13. Situações que não geram o direito à percepção do auxílio-acidente	240
14. Auxílio-acidente e doenças do aparelho auditivo	240
15. Concessão de auxílio-doença no curso do auxílio acidente	241
16. Auxílio-acidente e segurado desempregado	241
Capítulo 32 - PENSÃO POR MORTE	243
1. A previsão da pensão por morte no texto constitucional	243
2. Fato gerador e beneficiários	243
3. Data de início da pensão por morte	244
4. Renda mensal da pensão por morte	244
5. Carência para a concessão da pensão por morte	245
6. Valor da pensão por morte dos dependentes do segurado recluso	245
9. Habilitação dos dependentes	245
8. Pensão por morte e dependente inválido	246
9. Pensão por morte e cônjuge ausente	246
10. Pensão por morte e cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato	246
11. Pensão em caso de morte presumida	247
12. Existência de mais de um dependente com direito à percepção da pensão	248
13. Extinção do pagamento da cota individual	248
Capítulo 33 - AUXÍLIO-RECLUSÃO	249
1. O auxílio-reclusão na Constituição Federal	249
2. Beneficiários e fato gerador do auxílio-reclusão	249
3. Finalidade do auxílio-reclusão	249
4. Justificativa para a concessão do auxílio-reclusão	249
5. para a percepção do auxílio-reclusão	249
6. Concessão do auxílio-reclusão durante o período de graça	250
7. Requerimento do auxílio-reclusão e carência	250
8. Modalidades de prisão que geram o direito ao benefício	251
9. Qualificação dos dependentes	251
10. Data de início do auxílio-reclusão	251
11. Regime aberto e auxílio-reclusão	252

**351.84(81)**  
**M294d**



12. Segurado recluso que contribui como segurado obrigatório ou facultativo	252
13. Valor do auxílio-reclusão	253
14. Período de pagamento do auxílio-reclusão	253
15. Conversão do auxílio-reclusão em pensão por morte	253
 Capítulo 34 - ABONO ANUAL	255
1. Beneficiários e fato gerador	255
2. Relação com a gratificação natalina	255
3. Finalidade do abono anual	255
4. Pagamento do salário-maternidade e abono anual	256
5. Abono anual e salário mínimo	256
 Capítulo 35 - DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NO ÂMBITO PREVIDENCIÁRIO	257
1. Revisão do benefício	257
2. Anulação de atos administrativos pela Previdência Social	258
3. Prescrição das ações referentes a prestações por acidente do trabalho	258
 Capítulo 36 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE PEQUENO VALOR	259
1. Considerações gerais	259
2. Outras considerações a respeito dos débitos de pequeno valor	260
 Capítulo 37 - RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO	261
1. Definição de reconhecimento de filiação	261
2. A indenização como condição para o reconhecimento de filiação	261
 Capítulo 38 - DA CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	263
1. A contagem recíproca de tempo de contribuição na Constituição	263
2. Razão da contagem recíproca do tempo de contribuição	263
3. Alcance da contagem recíproca do tempo de contribuição	264
4. Certidão de tempo de contribuição	264
5. A indenização das contribuições do período para a contagem recíproca	264
6. Contagem recíproca e acordos internacionais	264

**351.84(81)**  
**M294d**



7. Certidão de tempo de contribuição de períodos posteriores à aposentadoria	265
8. Contagem do tempo de contribuição na administração pública	265
9. Fixação de tempo mínimo para a contagem recíproca do tempo de contribuição	265
10. Condições para a contagem recíproca do tempo de contribuição	265
11. Pagamento de juros e multa para o reconhecimento do tempo de contribuição	266
12. Certidão de tempo de contribuição e recolhimento de contribuições	266

#### Capítulo 39 - DA HABILITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

1. Significado da habilitação e reabilitação profissional	267
2. Prazo de carência e obrigatoriedade	267
3. Atividades envolvidas na habilitação e reabilitação profissional	267
4. Término do processo de reabilitação profissional	268
5. Obrigatoriedade de as empresas terem em seus quadros pessoas reabilitadas ou habilitadas	268

#### Capítulo 40 - JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Definição de justificação administrativa	269
2. Finalidade da justificação administrativa	269
3. Hipóteses em que não é admitida a justificação administrativa	269
4. Momento em que pode ser utilizada a justificação administrativa	269
5. Desnecessidade de ingresso prévio na via administrativa	270

#### Capítulo 41 - DISPOSIÇÕES DIVERSAS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Criação, majoração ou extensão de benefícios ou serviços	271
2. Conseqüências do caráter alimentar dos benefícios	271
3. Descontos na renda mensal do benefício	271
4. Justa causa, atualização e juros demora na restituição	272
5. Fornecimento de demonstrativo das importâncias pagas e descontos efetuados	272
6. Pagamento dos benefícios previdenciários	273

**351.84(81)**  
**M294d**



7. Cumulação de benefícios previdenciários	273
8. Percepção de outros benefícios em conjunto com o seguro-desemprego	275
9. Benefícios conferidos ao aposentado que volta a ser segurado	275
10. Desistência do pedido de aposentadoria	275
11. Cancelamento de benefício previdenciário	276
Capítulo 42 - BENEFÍCIOS PREVISTOS EM LEIS ESPECÍFICAS	277
1. Considerações gerais	277
2. Seguro-desemprego	277
2.1. Previsão legal	277
2.2. Definição e beneficiário	277
2.3. Finalidade e concessão do benefício	278
2.4. Concessão do seguro-desemprego em caso de dispensa sem justa causa	278
2.5. Apuração do valor do benefício	278
2.6. Cálculo do valor do benefício	279
2.7. Número de parcelas	279
3. Pensão para os portadores da síndrome da talidomina	279
4. Pensão especial às vítimas de hemodiálise de Caruaru	280
5. Pensão mensal vitalícia aos seringueiros	280
6. Aposentadoria especial do anistiado	281
BIBLIOGRAFIA	283

